

Terras, Florestas e Águas de Trabalho. A tríade da vida camponesa na várzea amazônica



Aldenor da Silva Ferreira^{***}

O livro de Antonio Carlos Witkoski, *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*, contribui, de forma objetiva para a compreensão de *um* modo de vida que é marcado por um conjunto de singularidades – o campesinato amazônico. O livro, composto de quatro capítulos, expõe as formas de ocupação da Amazônia bem como sua formação social e desenvolvimento inserindo nesse processo o camponês amazônico como sujeito social criando sua própria existência. Para tanto, utiliza referenciais teóricos importantes no estudo do campesinato tais como, Alexander Chayanov (1974), Eric Wolf (1970), Afrânio Raul Garcia Júnior (1983) etc.; além das inestimáveis contribuições de Karl Marx.

Outro aspecto importante da obra é a capacidade do autor de realizar aquilo que Pierre Bourdieu (1989) nomeia *reconversão do olhar*, ou seja, construir um *novo olhar* a um objeto já abordado por outros estudiosos da Amazônia, no caso, o modo de vida dos camponeses varzeanos, tratados regionalmente na Amazônia de caboclo-ribeirinhos. A proposta sociológica e a perspectiva metodológica estão firmadas numa base teórica sólida e amparadas em pesquisa de campo de grande envergadura, realizada nos anos de 1992/93, na várzea do complexo Solimões/Amazonas. O autor não objetiva apenas discutir as singularidades

* Resenha do Livro de Witkoski, Antonio C. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Edua, 2007, 484 p.

** Graduado em Ciências Sociais e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Estado do Amazonas (UFAM). Pesquisador bolsista do Núcleo de Socioeconomia da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Estado do Amazonas (UFAM).

socioeconômicas desses sujeitos sociais, que são muitas. Procura evidenciar como esses sujeitos sociais, denominados sociologicamente de camponeses – portanto, ancorado em categoria sociológica madura no âmbito das Ciências Sociais – utilizam as terras, as florestas e as águas em seu modo de vida numa relação simbiótica com a natureza através do mundo do trabalho sedentário e nômade.

Noutras palavras, o autor propõe analisar as formas de uso dos recursos naturais, por parte dos camponeses amazônicos, mostrando os aspectos fundamentais de sua adaptabilidade ao ecossistema de várzea do complexo Solimões/Amazonas – mais especificamente às microrregiões do Médio Solimões (Município de Coari), Baixo Solimões (Município de Manaquiri e Iranduba), Alto Amazonas (Município do Careiro da Várzea) e Médio Amazonas (Município de Parintins). Nesse sentido, o autor procura entender as formas de trabalho do camponês e sua família que se apropria e utiliza os recursos naturais da várzea, tendo como pano de fundo o contínuo e cíclico movimento de seus rios – enchente, cheia, vazante e seca. A dialética vida social/natureza imprime uma dinâmica singular aos processos de trabalho, não apenas no sentido de que “a vida comanda o rio”, mas também, no sentido de que “o rio comanda a vida.”

No primeiro capítulo, *A “civilização” e os trópicos: adaptabilidade dos ameríndios à várzea amazônica e seu etnocídio*, o autor realiza ampla contextualização da formação social da Amazônia, começando pela desmistificação da idéia de uma provável *natureza intocada*, passando pelo etnocídio dos ameríndios que têm, nos Omáguas, *os ameríndios das águas*, o foco central dessa investigação e sustentação da tese de parte da ancestralidade histórico-cultural do camponês amazônico. Utilizando-se das ferramentas da história, procura evidenciar a estrutura organizacional do Estado português na Amazônia, que fez a posse e conquista da região à custa do etnocídio indígena. Apresenta, ainda, algumas representações sociais da ancestralidade do camponês amazônico, questões resultantes do “choque cultural” promovido pelo “encontro” do branco colonizador (nobre e/ou padre) com os ameríndios. Aqui, vale destacar que o termo “encontro” deve ser



entendido no sentido amplo da palavra, isto é, como um encontro *civil, militar e religioso*. Foi, na verdade, um encontro de duas visões de mundo antagônicas: uma, mercantilista, que primava pela exploração de riquezas imediatas; outra, a simbiônica, que utilizava a natureza de maneira harmônica e respeitosa, conhecendo-a profundamente. Segundo o autor, “o etnocídio praticado contra os ameríndios (seja através da morte física ou simbólica) parece tão evidente, em si mesmo, que se torna desnecessário recorrer a dados estatísticos[...]” (p. 87). Finaliza o capítulo discutindo o conceito de região e os processos socioeconômicos e políticos que marcaram a formação da região amazônica contemporaneamente. Aponta igualmente as recentes preocupações geopolíticas do Estado brasileiro em “desenvolver” a região e integrá-la ao resto do país.

O autor, em *O camponês amazônico e o ecossistema de várzea*, apresenta-nos a diversidade e a configuração geomorfológica da várzea dos rios Solimões/ Amazonas. Analisa parte desse ecossistema e sua dinâmica bem como a relação homem/natureza, onde “o trabalho comparece como um ato de mediação entre os homens e a natureza e o resultado do trabalho é a transformação da natureza e a transformação do próprio homem,” (p. 131). Apresenta, também, em sua perspectiva analítica, a sua concepção de *camponês*. Toma por base teórica o estudo de Eric Wolf *Sociedades Camponesas* (1970), onde esse autor procura responder que o que de fato distingue os camponeses dos povos primitivos são os tipos de relações sociais que eles estabelecem com a sociedade envolvente – sejam elas as cidades e/ou a organização política dos grupos e/ou classes dominantes. Para Witkoski, o objeto de sua investigação “é um tipo de camponês que desenvolve, e tem que desenvolver, uma multiplicidade de atividades.” (p. 162). Nesse sentido, o camponês amazônico é portador de singularidades que o diferenciam de outros, tanto no Brasil como no mundo. A exigência de ter que trabalhar nas terras, florestas e nas águas torna-se um imperativo categórico à prática polivalente. Assim, a polivalência nas atividades camponesas relaciona-se com a necessidade do trabalho agrícola, a criação de animais, o extrativismo vegetal

e/ou animal – todas elas ligadas diretamente à unidade de produção familiar. A estrutura organizacional da família camponesa é decisiva para a obtenção dos meios de vida, pois quem produz é a unidade de produção familiar, como se fosse um trabalhador coletivo: “sem família não há produção e sem produção não há família. A família não só reproduz biologicamente seus membros, como tem que educá-los para a vida e o mundo do trabalho” (p. 183). Aqui, o autor utiliza sociologicamente a categoria de camponês coerentemente, pois, de acordo com Alexander Chayanov (1974, p. 47), “o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica camponesa.”

No terceiro capítulo, *Terras, florestas e águas de trabalho: o mundo camponês*, o mais extenso, Antonio Carlos Witkoski procura mostrar as múltiplas dimensões dos processos de trabalho que o camponês realiza utilizando os ambientes terras, florestas e águas. Para ele, o trabalho assume o mesmo sentido nos três ambientes onde o camponês amazônico e sua família realizam suas atividades. Bem adaptado à dinâmica ambiental da várzea amazônica e exercendo a polivalência com êxito, o camponês amazônico e sua família trabalham a terra, a floresta e a água procurando extrair desses ambientes os recursos naturais necessários à sua vida material e/ou simbólica. Para isso, estabelece a seguinte organização de trabalho: nas terras de várzea baixa e/ou alta, ele pratica agricultura de subsistência, comercializando seus excedentes econômicos e criando principalmente pequenos animais. Nesse contexto, não se pode esquecer do sítio, que é importante não só para a complementação alimentar, mas também, eventualmente, como geração de renda para a família camponesa; na floresta – várzea e/ou terra firme – ele pratica o extrativismo vegetal (lenha, madeira, frutos, plantas medicinais e etc.) e animal – a caça fundamentalmente, objetivando complementar e variar sua dieta alimentar protéica; no ambiente água, o camponês pratica o extrativismo animal – principalmente a pesca e a caça. Todas as estratégias de trabalho, no interior da unidade de produção familiar, giram em torno do sistema agroflorestal, que, de certa forma, guia a vida socioeconômica camponesa. Isto se dá devido à



integração entre os cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismo vegetal e animal que têm por objetivo incrementar a produtividade. Este tipo de manejo, que se relaciona diretamente com a natureza e dela depende implica produzir com tecnologias de baixo impacto ambiental. Nesse sentido, pode-se afirmar que o modo de vida do camponês amazônico representa um modo específico de organização social, de autonomia e de sobrevivência que se contrapõe ao modo de vida capitalista de outros contextos. Trata-se de uma outra lógica de relações sociais, de produção e sobrevivência, que reclama o direito de um outro modo de trabalho. Este, comandado pelo tempo ecológico, implica reconhecer e respeitar o ciclo das águas numa constante dinâmica de adaptabilidade.

O camponês amazônico é a representação do sujeito social possuidor de capital social, de um saber e de uma organização política muito peculiar. Representa o agente direto na relação com a natureza e no projeto de sustentabilidade para a Amazônia. O autor chama a atenção para elementos da natureza envolvidos na relação de trabalho que são carregados de significados sociais tais como os lagos. Enfatiza que os camponeses, na sua condição de sujeitos sociais, são possuidores de um alto grau de consciência coletiva e de grande responsabilidade na relação com a natureza. A dinâmica constante na luta pela sobrevivência dos sujeitos sociais organizados em torno das terras, florestas e águas de trabalho rompem com o paradigma do sujeito pacato e passivo a que fora submetido à representação do caboclo/ribeirinho – camponês amazônico.

No último capítulo, *O camponês e o mito de Sísifo*, Witkoski finaliza sua viagem científica pela vida amazônica apontando o dilema camponês no âmbito das relações econômicas das trocas. Para tanto, elabora um balanço da produção da unidade camponesa, no sentido de compreender aquilo que efetivamente o camponês e sua família produzem e consomem, de forma independente do mercado, e o que eles produzem objetivando vender no mercado para a obtenção de valores de usos necessários à sua (re) produção material e simbólica. Aliás, essa é a lógica e a simbólica que nos permite definir sociologicamente o camponês:

“a unidade de produção camponesa é uma unidade que produz [material e simbolicamente] para si e para o mercado” (CHAYANOV, 1974). Assim, o dilema camponês reside justamente no fato de que a unidade de produção camponesa precisa se relacionar com um poder que lhe é exterior e estranho. Sua principal teleologia é a produção relacionada à subsistência, todavia ela precisa se relacionar com o mercado, exatamente porque a unidade de produção familiar não produz tudo de que necessita. Obviamente, se o camponês pudesse produzir de modo auto-suficiente com certeza ele o faria. Entretanto, a ele não é permitida essa independência com relação ao mercado, visto que ele precisa de enxada, terçado, forno de torrar farinha, roupa etc. Desse modo, a obtenção dos produtos industrializados – valores de uso produzidos externamente à unidade de produção familiar – dá-se muitas vezes sob a égide da fórmula mercadoria/mercadoria (M/M) ou mercadoria/dinheiro/mercadoria (M/D/M). O fato é que, independentemente da fórmula a que está submetido o camponês na sua relação com o mercado, ele sempre vai se defrontar com a lógica perversa dos agentes da comercialização.

Os agentes da comercialização são sujeitos sociais que não produzem nenhum tipo de produto – seja de origem agrícola, criação animal ou extrativista – apenas apropriam-se dos excedentes da produção camponesa para vender e revender na cidade. Os preços são, geralmente, determinados por eles, e nunca correspondem aos custos de produção do trabalho camponês. Nesse sentido, o autor observou em sua pesquisa quatro tipos de agentes da comercialização – marreteiro, marreteiro da feira, regatão e patrão. O marreteiro é o sujeito que “é proprietário de barcos com motores à combustão, sempre com motores diesel, sendo em grande medida responsável pelo abastecimento de mercadorias da unidade de produção familiar” (p. 392). O marreteiro da feira “vive no mundo rural e pode ser até mesmo um camponês que eventualmente trabalha na sua unidade de produção. E pode ser eventualmente um habitante da própria comunidade”. O regatão, terceiro agente da comercialização, é o que tem *mais*



fama, e sua história confunde-se com a própria história amazônica: “é aquele sujeito que percorre os rios de barco, parando de lugar em lugar [...] levando mercadorias às populações do interior e as vende à dinheiro ou as troca por produtos” (p.397). Por último, o patrão, sujeito social residual do “ciclo da borracha”, aparece em menor escala nas microrregiões estudadas: a sua forma de atuação é abastecer de bens manufaturados, apanhados das casas comerciais, a unidade de produção camponesa, numa relação de aviamento.

A autor finaliza seu livro mostrando o delicado equilíbrio da vida camponesa na várzea dos rios solimões/Amazonas. Argumenta que assim como o capitalismo tem encontrado *barreiras naturais* para o desenvolvimento agrícola nas várzeas amazônicas, a pesca comercial tem se ampliado de maneira gigantesca comprometendo significativamente o tempo de produção dos recursos ictiofaunísticos na várzea. Conclui afirmando que a lógica da pesca comercial – que se apóia necessariamente numa racionalidade de mercado que não respeita e não tem como respeitar o tempo de produção da natureza – tem ameaçado e posto em xeque uma das principais fontes de proteínas e de renda do camponês amazônico e sua família – os recursos pesqueiros.

Referências

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- FRAIXE, T. de J. P. *Homens anfíbios: uma etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume, 2000.
- GARCIA JR. A. *A terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- WITKOSKI, A. C. *Terras, florestas e águas de Trabalho: os camponeses Amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.